

A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO E DA PEDAGOGIA DO SUJEITO IDOSO

THE IMPORTANCE OF THE PEDAGOGUE AND PEDAGOGY OF THE ELDERLY SUBJECT

Lourdes Lúcia Goi **1**
Débora Gene Pereira **2**
Aline Cristina de Assis Veiga **3**

Mestre em Educação. Faculdade ITOP, Palmas. E-mail: goilourdes@gmail.com **1**

Especialista em educação. Faculdade ITOP, Palmas. E-mail: deboragenegmail.com **2**

Graduanda em Pedagogia. Faculdade ITOP, Palmas. E-mail: cristinaassisveiga@gmail.com **3**

Resumo: A pesquisa levantou como problema a importância do Pedagogo participar de ações, programas e políticas, com uma Pedagogia do sujeito idoso, através da Pedagogia Social, garantindo a melhoria da sua qualidade de vida, observância dos direitos elementares e o processo de seu empoderamento. Caracterizou-se como uma abordagem qualitativa e buscou uma revisão bibliográfica que revelou que está ocorrendo um número crescente da população idosa e também aumento da expectativa de vida. O quadro de desvalorização do idoso paradoxalmente vem mudando. Ficou evidente que através da pedagogia social, aliado à educação não-formal e a educação permanente para o idoso, os processos de empoderamento estruturam-se como campos de participação política. Este novo desenho possibilitará a superação de conflitos, estereótipos e marginalização que o segmento enfrenta, permitindo a revisão de papéis sociais, produção e atividade no cotidiano. E com isso, se constrói um novo conceito de velhice que leva em conta o idoso como sujeito existente, vivendo e atuando em seu tempo, em seu presente, estando no mundo, sendo participante em sua comunidade e em sua vida, de forma autônoma, decidida e independente. Para conquistar essa qualidade de vida o idoso precisa se educar para conhecer e acreditar em suas reais capacidades, desenvolver seus talentos, colocar seus conhecimentos a serviço de sua construção como sujeito. Por isso é importante o Pedagogo e a pedagogia orientadora de um trabalho educacional para a construção da cidadania do idoso.

Palavras chave: Sujeito idoso cidadão, Educação permanente e empoderamento do idoso

Abstract: The research found as a problem the importance of the pedagogue to participate in actions, programs and policies with a pedagogy of the elderly through a Social Pedagogy ensuring the improvement of their quality of life and the observance of elementary rights and the process of their empowerment. It was characterized as a qualitative approach and we searched for a bibliographical review that an increasing number of the elderly population is occurring and increased the life expectancy. The devaluation of the elderly paradoxically has been changing. It was evident that through social pedagogy, together with non-formal education and permanent education for the elderly, empowerment processes are structured as fields of political participation. This new design will enable an overcoming of conflicts, stereotypes and marginalization that link it, allowing the revision of social roles, production and non-daily activity. With this a new concept of old age is constructed that takes into account the elderly as an existing subject, living and acting in his time, in his present, being in the world, being participant in his community and in his life, in an autonomous way, determined and independent. To achieve this quality of life, develop your best efforts to meet and make real your skills, develop your talents and have more knowledge about your needs. Therefore, it is important that the pedagogue and the pedagogy guide an educational work for the construction of citizenship of the elderly.

Keywords: The elderly citizen; Permanent education and empowerment of the elderly

Introdução

Diante do desafio de repensar alguns pressupostos sobre desenvolvimento humano e reconhecer a velhice como um tempo privilegiado para possibilidades de evolução e aprendizagens significativas decidiu-se sobre esta pesquisa. Compete aos profissionais das diversas áreas envolvidas nos serviços com idosos, elaborarem estratégias para atender às demandas oriundas do fenômeno histórico sobre o envelhecimento da população no Brasil, um país até então considerado jovem em muitos aspectos. Esse desafio é proposto especialmente para o Pedagogo e a Pedagogia do idoso seja considerado um sujeito com direitos, qualidade de vida e cidadania garantidos.

A terceira idade, nos últimos anos, vem assumindo cada vez mais um papel relevante na sociedade brasileira. Apesar de todos os preconceitos que revestem a velhice, esta faixa etária vem sendo valorizada e respeitada.

Neste sentido, os programas e as políticas surgem como possibilidade de inserção do idoso num espaço educacional não-formal, que visa a integração social, aquisição de conhecimentos, elevação da autoestima, valorização pessoal, conhecimento dos direitos e deveres e exercício pleno da cidadania.

Destaca-se a participação do Pedagogo através da Pedagogia Social, como meio da educação não-formal e educação permanente, destinada ao idoso que poderá possibilitar que este segmento passe por um processo de empoderamento.

Por essas razões justifica-se a pesquisa “Pedagogo e Pedagogia do sujeito idoso”, na perspectiva da garantia dos seus direitos e superação da marginalidade. Por isso questiona-se:

Qual a importância do Pedagogo participar de ações, programas e políticas, com uma Pedagogia do sujeito idoso, através da Pedagogia Social, garantindo a melhoria da sua qualidade de vida, observância dos direitos elementares e o processo de seu empoderamento?

Aqui justificamos o termo Pedagogia do Idoso, pois o trabalho que envolve os idosos, deve constituir-se, preferencialmente de, com eles e, não por eles e para eles para que de fato sejam atores e sujeitos históricos, e a educação parta do que são e das suas necessidades sentidas.

Objetivou-se conhecer através da revisão bibliográfica a atuação do Pedagogo e Pedagogia do idoso, na oferta de educação em ambientes não escolares, por meio da educação não formal, na perspectiva da observância de seus direitos elementares, qualidade de vida, dignidade e cidadania, para o seu desenvolvimento como sujeito, superando a marginalização. Além desse, especificamente pretendeu-se caracterizar o contexto histórico e a educação para a terceira idade; constatar a atuação do Pedagogo e da Pedagogia assumida nas práticas educativas para o idoso no processo de envelhecimento.

Quanto aos objetivos teve um caráter descritivo que segundo Gil, (2002, p. 42) “(...) têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno (...)”. Quanto às fontes, foi bibliográfica com destaque para os seguintes autores: Almeida (2010), Cachioni e Neri (2004), Búfalo (2013), Freire (1996), Oliveira I, Oliveira II e Scortegagna (2010), entre outros.

Constituiu-se em uma abordagem qualitativa porque procurou proporcionar a construção e revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes a educação para o idoso e sua relação com a pedagogia das práticas educativas proporcionadas pelos educadores ou em especial pelo Pedagogo.

Através da pedagogia social, aliado à educação não-formal e a educação permanente para o idoso, os processos de empoderamento estruturam-se como campos de participação política. Este novo desenho possibilitará a superação de conflitos, estereótipos e marginalização que o segmento enfrenta promovendo a sua inserção social, política e econômica.

Contextualização Histórica e Educação para o Idoso

É inevitável o confronto com a própria história do Brasil, ao consultar a literatura sobre educação dos idosos, pois o nosso país desde sua origem, apresenta a ambiguidade da desigualdade social em todos os setores e segmentos da sociedade. É constante a luta pela democratização, que parece só se consolidar através da implementação das leis. O processo de democratização e a extensão dos direitos sociais e a igualdade para todos ainda não se efetivou. Nesta perspectiva é urgente a reflexão sobre a concepção de idoso em nossa sociedade, pois se buscamos igualdade,

deve ser para com todos, inclusive para o idoso.

Contexto da realidade do idoso a superar

Não é possível iniciar uma reflexão sobre a contribuição da educação e da pedagogia para a formação do idoso, sem delimitar para qual sociedade e para qual idoso será proposta. Para Oliveira et al (2010), apesar de toda situação preconceituosa sobre o idoso destaca-se, contraditoriamente, como relevante, a preocupação com a qualidade de vida na velhice nos últimos 30 anos, sendo que dessa temática passou-se a discutir o papel da educação na Terceira Idade. Mas quem são os idosos?

Almeida (2010) aponta que a Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica cronologicamente como idoso, pessoa com mais de 65 anos de idade em países desenvolvidos e com mais de 60 anos de idade em países em desenvolvimento. Ela subdivide a idade adulta em quatro estágios: Meia idade: 45 a 59 anos; Idoso: 60 a 74 anos; Ancião: 75 a 80 anos; Velhice extrema: acima de 80 anos. Mas ressaltamos que esta classificação considera apenas o aspecto cronológico da idade do indivíduo, desprezando os aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos. Mas somos cientes que o processo de envelhecimento implica em alterações funcionais e comportamentais, as quais afetam os seres humanos de maneiras diferenciadas e não a partir da idade cronológica de forma generalizada. Furtado (1997) citado por Oliveira I, Oliveira II e Scortegagna (2010) afirma que

O processo de envelhecimento pressupõe modificações gradativas no indivíduo, as quais não significam impossibilidade ou até a invalidez. Tais transformações ocorrem no organismo, nas relações sociais e nos aspectos psicológicos durante toda vida. Há progressivamente uma diminuição nas capacidades vitais, provenientes do envelhecer, porém a pessoa não se torna incapaz, a menos que tenha alguma patologia que acarrete algum comprometimento orgânico.

Neste sentido a sociedade se mostra implacável, pois exige destes, como dos mais jovens, capacidade de produção, agilidade e modernidade. É lógico que o idoso, pode apresentar algumas limitações ou dificuldades, por questões biológicas, mas isso não significa a incapacidade de realizar tarefas. Porém, na perspectiva atual, o idoso é considerado muitas vezes como incômodo, por não atuar na velocidade e na maneira em que os jovens julgam mais correta ou mais adequada.

Muitas vezes ao usarmos o termo velhice pejorativamente denota-se a dificuldade e o preconceito diante dessa fase da vida. Por isso, segundo Mascaro (2004) citado por Almeida (2010), a expressão, velho, que nos leva a pensar em algo antiquado, desgastado ou obsoleto, foi substituída por idoso, significando a passagem do tempo e aquele que tem bastante idade. A fase da velhice foi substituída por terceira idade.

Conforme a mesma autora (op cit), o preconceito ocorre porque muitos acreditam que o idoso não é capaz de trabalhar, de estudar, de produzir, de se relacionar socialmente, de passear, enfim, de continuar a viver. Concordamos com Oliveira I, Oliveira II e Scortegagna (2010), ao considerarem que o idoso sofre discriminação e opressão, por ser considerado sujeito improdutivo e sem capacidade de aprender. O idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, a qual por muitas vezes o oprime, considerando que seus conhecimentos são ultrapassados e suas experiências não tem significado. É visto como incapaz de estabelecer suas aspirações, cabendo somente o que lhe é imposto. Associam velhice à ociosidade. O idoso nesta perspectiva é visto como prejuízo aos cofres públicos. Esquece-se o que ele já produziu e poderá ainda produzir, lembrando que há lucros indiretos a uma nação, como experiência de vida, conhecimentos que podem ser compartilhados, aumento do nível cultural da população, entre outras ações produtivas que o ser humano pode trazer a uma sociedade.

A ideia de que não são produtivos emergiu na sociedade capitalista, que valoriza o indivíduo sob o critério da produção material. Nas sociedades capitalistas, a educação tem estado a serviço da manutenção dos privilégios de classe. A ideologia liberal, que dá sustentação ao sistema capitalista, coloca a questão em termos de diferenças individuais, atribuindo ao próprio indivíduo o seu sucesso ou fracasso social e escolar, omitindo os condicionantes de ordem social, histórica,

política e econômica que levam algumas pessoas ao sucesso, e outras à marginalização ou exclusão do sistema como um todo, legitimando a sociedade de classes (Saviani, 2014), como é o caso dos idosos que se tornam entregues a sua própria sorte e muito vulneráveis.

Inseridas nesta realidade, as pessoas idosas, conseqüentemente defrontam-se com os efeitos de uma vulnerabilidade social, pois são consideradas socialmente como improdutivas, pois muitas vezes não tem acesso ao mercado de trabalho e se mantém na informalidade. Decorrente desta, desponta outra dificuldade enfrentada, refere-se a dificuldade de muitos idosos em não possuírem uma autonomia econômica, social e até mesmo simbólica, o que resulta em diversos tipos de preconceitos, tanto na família, como na sociedade. Por se tratar de um fenômeno social, a velhice e mesmo o envelhecimento ainda são negados e negligenciados por diversos segmentos da sociedade. Os idosos, na sociedade brasileira, conforme Oliveira I, Oliveira II e Scortegagna (2010), ao sofrerem segregação caracterizam a dependência e a marginalidade dos carentes de poder, fortalecendo o que Freire (1996) chama de cultura do silêncio.

Para superar este preconceito é necessário que o próprio idoso se veja como ser ativo e capaz de preservar suas histórias e memórias, participar, produzir, ser autônomo e assim, construir um futuro, de aprender e ensinar, mudando a concepção de inoperante, pois ele é capaz e poderá conquistar seus direitos. Este é o caminho do empoderamento a ser tratada na seção seguinte.

Novo conceito e empoderamento do idoso

Na busca de uma sociedade democrática não é possível permanecer a exclusão social, incluindo o idoso. Faz-se necessário construir um futuro com base no respeito e valorização alicerçados na educação no processo de ensinar e aprender. Por isso partiremos do entendimento de velhice para vislumbrarmos o empoderamento do idoso.

A concepção de envelhecimento é muito ampla e discutida; contudo, pode-se refletir sobre a contribuição de Todaro (2008, p.68):

Definido em termos biológicos, o envelhecimento compreende os processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual e que implicam em diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência.

Reforçando esta concepção, Búfalo (2013), afirma que esses processos são de natureza interacional, iniciam-se em diferentes épocas e ritmos e acarretam resultados distintos para as diversas partes e funções do organismo. Envelhece-se todos os dias, durante toda a sua existência.

Mas será que é possível uma velhice bem-sucedida, na qual o idoso seja considerado sujeito? Búfalo (2013, p. 200), citando Neri e Yassuda (2004) e Neri, & Cachioni (2009), ressalva que

uma velhice bem-sucedida revela-se em idosos que mantêm autonomia, independência e envolvimento ativo com a vida pessoal, com a família, com os amigos, com o lazer, com a vida social.

É lógico que neste contexto teremos o empoderamento do idoso. Neste caso implica no conceito de empoderamento social que é o direito de uma comunidade ou pessoa de ter voz e decisão. Nesta busca temos um número crescente da população idosa, regada também pelo aumento da expectativa de vida.

Na sociedade brasileira observa-se que o número de idosos, está aumentando continuamente, reforçando a quebra do paradigma da juventude populacional. Segundo o IBGE (2009), há cerca de 20 milhões de idosos, o que representa cerca de 10,2% da população. No Brasil, a expectativa de vida é de 68 anos para os homens e 75 anos para as mulheres, e até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas, conforme levantamento de Almeida (2010).

É indispensável que se tenha uma visão clara do que representa a velhice e o próprio processo de envelhecimento, pois há atualmente um significativo número de idosos. Prota (1999) faz uma alerta dizendo que não basta só a esperança de viver mais, pois só viver muito não é suficiente. O idoso precisa viver melhor e se sentir integrado socialmente, com o reconhecimento de suas responsabilidades e de seu valor. Proporcionar somente proteção e compaixão não o dignifica e

isso significa segregação.

Integração é o contrário de segregação; o que acontece hoje é segregação, esquecendo que a velhice constitui tão somente uma etapa da vida, assim como a infância, a juventude, a virilidade; e a vida é uma só. Viver significa poder levantar, de manhã, com projetos a realizar, vivenciar o dia realizando projetos, descansar à noite com a alegria do reconhecimento de projetos realizados ou de reformulação de estratégias para o dia seguinte (PROTA, 1999, s.p.)

O quadro de desvalorização do idoso vem mudando. Com o aumento da expectativa de vida, a longevidade passou a ser vista como um ganho para a sociedade e trouxe consigo uma grande parte da população idosa que sente muito orgulho de ter envelhecido e procura fazer valer seus direitos. E aparece um novo quadro paradoxal na nossa história. Surgem homens e mulheres que cuidam de sua saúde, da sua vida social e das atividades econômicas de dar inveja aos mais jovens. São idosos empoderados do seu papel na sociedade, na política e na economia. Conhecer os próprios direitos é preceito elementar para que se reclame melhores condições de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida. A partir deste panorama a educação é requerida para que através da aquisição de conhecimentos, se consolide um processo a formação de um sujeito crítico e reflexivo.

Oliveira I, Oliveira II e Scortegagna (2010, s.p.), consideram que a visão de idoso vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante. “A partir do momento em que [...] é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais percebe-se que [...] a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social”.

Nessa perspectiva Prota (1999, s. p.), resgata uma informação importante ao revelar que

uma pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) intitulada “Como vive o idoso brasileiro” (FOLHA DE SÃO PAULO, 6/8/99), é de que a maioria da população brasileira que já completou 65 anos continua trabalhando; continua na chefia da família e contribui com boa parte do rendimento familiar. O estudo mostra que é errada a ideia de que as pessoas mais jovens trabalham para sustentar uma suposta inatividade dos idosos; apesar da idade, formam um contingente ativo 62% das pessoas com mais de 65 anos, trabalhando 40 horas semanais; por sua vez, depois dos 80 anos, os idosos que trabalham, em média, dedicam 32 horas semanais.

Decorrente deste cenário a valorização e respeito ao idoso surge como necessidade premente que aponta para uma distribuição mais equitativa do poder, possibilitando uma perspectiva de rompimento com a discriminação generalizada atribuída a este segmento. Na verdade, esse poder econômico já está sendo vivenciado por um elevado número conforme citação de Prota (op cit), e a busca de empreendedorismo em projetos de produção. Mas pensando de uma forma mais global, o poder e seu exercício cotidiano assumem conceito central nos processos de transformação, desenvolvimento e promoção da cidadania dos indivíduos. Conforme Oliveira et al (2010):

Podem-se distinguir quatro formas básicas de poder: cultural, social, político e econômico. Estas diferentes roupagens assumidas pelo poder não se excluem, ao contrário, se complementam e beneficiam no seu conjunto o progresso do indivíduo, da família ou do grupo. Compete a cada um dos grupos sociais promover o seu próprio desenvolvimento, entendendo que desenvolvimento é a distribuição mais equilibrada do poder entre os indivíduos na sociedade.

Ultimamente é frequente o entendimento que se vive na era do empoderamento, entretanto

quando se fala em empoderamento, pressupõe-se que há grupos que estão à margem do poder e que necessitam de apoio para empoderar-se.

O processo de empoderamento permite atuar sobre as discrepâncias e possibilitar o aumento de poder daqueles grupos mais desprovidos como os idosos.

Logo, esta situação de silenciados, de subjugados, excluídos, pode ser modificável pela ação e reflexão, na medida em que as pessoas compreendam sua inserção histórica passada, presente e futura e sintam-se capazes e motivados para intervir em sua realidade. E, parafraseando Oliveira (et al, 2010, s.p.), “O poder pode ser entendido no sentido de transformação social, entre aqueles que detêm ou não o poder, gerando uma mudança significativa em busca de uma maior equitatividade”. Por outro lado, o poder, segundo Paulo Freire (2005), constitui um aumento da conscientização e desenvolvimento da criticidade entre os marginalizados e oprimidos, suscitando maior capacidade de intervenção e controle das situações.

E, concordando com o posicionamento de Oliveira (et al, 2010), entre estes grupos marginalizados situa-se o segmento do idoso e, nesta nova conjuntura, os idosos serão capazes de desempenhar um papel mais ativo, fortalecendo suas habilidades e assumindo o status de protagonistas legítimos do próprio desenvolvimento. E se ainda “[...] são considerados desempoderados, é porque são vitimizados culturalmente, resultado da vulnerabilidade reforçada por preconceitos e estereótipos negativos relativos à velhice” (OLIVEIRA et al, 2010, s. p.).

Mas este cenário começa a se modificar, pois os idosos organizam-se e mobilizam-se para adquirir um status de reconhecimento social, e assim passam a constituir um desafio à sociedade atual. E, com isso, segundo Oliveira (op cit), se constrói um novo conceito de velhice. Este leva em conta o idoso como sujeito existente, vivendo e atuando em seu tempo, em seu presente, estando no mundo, sendo participante em sua comunidade e em sua vida, de forma autônoma, decidida e independente.

Diante desses dados, ou seja, da inevitável velhice da população, um novo idoso está se formando. Um cidadão extremamente produtivo, dado a experiência e sabedoria, com liberdade de escolha, uma liberdade de ser o que é, de ter desejos, de poder realizar tudo dentro de seu ritmo, de aprender coisas novas à luz de suas preferências, de reinterpretar suas vidas e seus entornos, de acordo com o já vivido, com capacidade e autonomia.

Por isso é necessária a educação como um meio de libertação e mudanças na Terceira Idade, permitindo uma reavaliação das características próprias, além de propiciar um processo de análise e reflexão para estas pessoas.

Iniciativas de educação para a terceira idade

Para se consolidar esse novo cenário para o sujeito idoso cidadão é imprescindível a educação permanente. Proporcionar educação aos idosos, nada mais é que levar em conta o direito que essa parcela da sociedade possui. Conforme Palma (2000) citado por Oliveira I, Oliveira II e Scortegagna (2010), a ideia de educação permanente para idosos é tão recente quanto o fenômeno da longevidade populacional. Mesmo assim, a educação representa um papel importante na mudança de crenças e atitudes frente ao envelhecimento.

Considerando que a educação permanente contribui para o novo desenho do idoso, na direção descrita na seção anterior, Búfalo (2013, p. 205), evidencia que os encontros de práticas educativas não se trata só de diversão e entretenimento como equivocadamente se considerou até pouco tempo ou ainda hoje:

Para esse modelo, a educação tem um importante papel, que não é o de divertir ou entreter o idoso, nem de perpetuar ou reproduzir papéis desempenhados em outras épocas da vida, mas sim servir de veículo para que o indivíduo, independentemente da idade cronológica, consiga manter seus níveis normais de funcionamento (Cachioni e Néri, 2004, p. 31).

Mas quando começa essa preocupação com o idoso e oferta de educação?

Conforme Búfalo (2013, p. 203), no Brasil, sob influência francesa, o trabalho educacional

pioneiro com adultos maduros e idosos foi ofertado pelo Serviço Social do Comércio (SESC) na década de 60. Seus cursos concentravam-se em artesanato, canto, ginástica, pintura e lazer em geral.

É muito recente o interesse por esta fase da vida que, somente em 1962 recebe a designação de terceira idade.

As primeiras iniciativas de oferecer educação e lazer para adultos maduros e idosos aconteceram na década de 1970, segundo Cachioni e Neri (2004). Em 1970, surgiram as escolas abertas no Brasil para a terceira idade. Projeto direcionado para um público mais qualificado em termos educacionais já que oferecia, em seus módulos, programas de preparação para a aposentadoria, informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento e atualização cultural, além das atividades físicas e complementação sócio cultural.

Palma (2000) citado por Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015, p. 353), afirma que:

Esse programa sustenta-se numa proposta de Educação permanente e busca o desenvolvimento de potencialidades, de novos projetos de vida, estimulando a participação ativa do idoso e sua contribuição para a resolução de problemas em sua família e na comunidade.

E a legislação brasileira tem contribuído com a educação do idoso para que se torne sujeito da história? Veremos que há promulgações importantes embora não sejam totalmente observadas. A educação é considerada como um direito fundamental, que está incluso em algumas políticas públicas destinadas para as pessoas idosas, todavia ainda não existe nenhuma política que referencie exclusivamente a educação para esse público para esse segmento da população. No Brasil, a legislação educacional contempla a educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante e a educação de jovens e adultos, mas quando se pensa no idoso, fica a incógnita.

No que diz respeito à Educação, a Constituição Federal (1988) em seu art. 205 diz o seguinte:

a educação é um direito de todos, um dever do Estado e da família, sendo incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em várias legislações referentes aos idosos, observa-se que a educação está presente. Vejamos: no artigo terceiro da Política Nacional do Idoso (1994), Lei 8.842/94, propõe-se a melhoria das condições de estudo para que os idosos possam aprender com mais facilidade, criando programas específicos, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento.

Segundo o Estatuto do Idoso (2003), Lei 10.741/03, no Capítulo 5, nos artigos 20 ao 25, estabelece-se que o idoso tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que o mesmo se integre à vida moderna, além de apoiar a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e publicações de livros e periódicos com conteúdos adequados a esta população.

Destaca-se também a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa que Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015, p 346) ressaltam que

no texto base da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a educação é vista como “uma categoria associada à capacidade de oportunizar desenvolvimento pessoal, transformação e mudança social, além de qualificação para o trabalho e para vida coletiva” (2008, p.31).

Temos também as Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI) que existem, como no mundo, em muitas universidades brasileiras. Oliveira (2012, s.p.), define “como uma modalidade da educação não-formal e educação permanente ao mesmo tempo que instrumentaliza o idoso com conhecimentos, informações, possibilitando e legitimando o exercício pleno da cidadania”. Estas UATIS, conforme Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015, p 352), “privilegiam a educação não-formal

caracterizando-se pelo encontro de gerações, a não obrigatoriedade de frequência, a ocorrência de ações e experiências em espaços e tempos mais flexíveis não restritos aos fixados por órgãos reguladores”.

Foi na década de 90, em pleno processo de abertura democrática, legitimado pela Constituição Federal de 1988, que a extensão universitária desencadeou a multiplicação de abertura de programas voltados para adultos maduros e idosos nas universidades brasileiras.

Com denominações e formas de organização diversas, mas com propósitos comuns – como o de rever os estereótipos e preconceitos em relação à velhice, promover a autoestima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a integração social e a auto expressão, além de promover uma velhice bem-sucedida -, essas instituições hoje se espalham por todo o país (Cachioni & Neri, 2004, p. 40).

Búfalo (2013) aponta que um estudo sobre os professores de Universidades da Terceira Idade, localizou 100 programas dessas instituições em todo o país, e identificou seis modalidades dessas instituições no Brasil.

Considera-se ainda muito tímidas as iniciativas para a educação adequada aos idosos pois há a ausência de uma política pública específica para educação do idoso. Não exista Parâmetros curriculares para este segmento não ser uma breve referência no da EJA. Apesar da inclusão do idoso na EJA, percebe-se que caracterizá-lo como adulto faz submergir todas as suas peculiaridades, além das diferenças conceituais e necessidades educacionais.

Já no Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01), é apresentado, em seus objetivos e metas, o estímulo às universidades e organizações não-governamentais a oferecerem cursos dirigidos à terceira idade. Apesar das limitações do objetivo, ressalte-se que esta foi a primeira política educacional em nível nacional, no Brasil, que abriu um espaço ao idoso.

O levantamento histórico revela iniciativas de atendimento à educação dos idosos. A concepção de educação permanente, na modalidade não formal estimulou e fundamentou muitos cursos e programas voltados para os idosos em diferentes instituições brasileiras. Essa disseminação de ações educativas para os idosos deve-se ao fato, por um lado, do envelhecimento da população, o que está refletida na demografia do nosso país e, por outro lado, o que está estabelecido na legislação brasileira como a educação direito de todos – Constituição de 1988 e Estatuto do Idoso. Proliferam também os centros de convivência que tem colaborado para uma mudança importante do comportamento do idoso brasileiro, favorecendo a ligação interpessoal e coletiva, desenvolvendo a criatividade, a sociabilidade e a autoestima. Um envelhecimento bem sucedido depende da educação, que tem, entre outras, a função de socialização das experiências de vida e incentiva a produção do saber.

Sabe-se que através da educação, são incentivados conhecimentos e informações, que irão instrumentalizar o idoso, possibilitar a compreensão da realidade em que está inserido, emergindo um sujeito crítico, reflexivo que reivindique seus direitos e usufrua de cidadania plena.

Os projetos e cursos oferecidos para o idoso concordando com Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015, p 354),

não devem assumir uma conotação meramente assistencialista, mas sim orientam-se para estimular o idoso a desenvolver atitudes de participação na vida social, econômica, política e cultural, promovendo também a solidariedade entre as gerações e a troca de experiências entre jovens e idosos, permitindo o desenvolvimento pessoal e coletivo e sua reinserção social. Portanto, o foco principal deve ser promover a participação, autonomia e integração do idoso para uma melhor qualidade de vida.

Agora, diante desse idoso reinterpretado, com novo conceito, com novas atribuições na sociedade e consciente de seus direitos, cabe um novo estatuto, uma nova legislação, que lhes

atenda devidamente. Sobre essas novas leis que atendam às necessidades do idoso, que se adéquem ao novo conceito do mesmo e que garantam seus direitos, incluso o direito à diferença. Mas não descarta a importância da educação que a lei máxima estabelece como direito de todos.

A educação deve desenvolver o sujeito como um todo, permitindo que este esteja integrado à sociedade, com uma participação ativa e consciente. Pensar num desenvolvimento integral aponta para numa educação permanente que vise à superação da marginalização social, possibilitando uma formação contínua, que tenha como princípio elementar a prática social, projetando o homem em sua totalidade na conquista da qualidade de vida. Por isso constata-se a necessidade de uma ação educacional voltada para a terceira idade, com um caráter de educação permanente como veremos na próxima seção.

O pedagogo e a Pedagogia do Idoso

O conceito de qualidade de vida está relacionado à autoestima e ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como a capacidade funcional, o nível sócio econômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive.

Para conquistar essa qualidade de vida o idoso precisa se educar para conhecer e acreditar em suas reais capacidades, desenvolver seus talentos, ensiná-los a colocar seus conhecimentos a serviço de sua construção como sujeito, criar oportunidades para que aprenda a enfrentar obstáculos e preconceitos sociais são ações que significam contribuir para promover uma melhor qualidade de vida e para o aprimoramento de sua cidadania.

Para os profissionais que atuam na área da educação, o desafio é repensar alguns pressupostos sobre desenvolvimento humano e reconhecer a velhice como um tempo privilegiado para possibilidades de evolução e aprendizagens significativas (CASARA, CORTELLETTI & BOTH, 2006). Atualmente, o campo da ciência que se dedica a estabelecer os fundamentos relacionados à educação dos idosos, para os profissionais da educação é a Gerontologia.

A educação para a terceira idade constitui um dos desafios para a sociedade brasileira face ao significativo contingente de idosos existentes atualmente no país, e apresenta-se como uma resposta inovadora aos novos desafios e demandas sociais. O idoso passa a ceder lugar a novos conhecimentos, técnicas e reformula seus saberes anteriores.

Pedagogia do idoso

A pedagogia é uma reflexão teórica que faz uso de práticas educativas, investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos. Sendo assim, as práticas educativas ocorrem em todos os lugares, nas escolas, na família, na igreja, na rua, através dos meios de comunicações e também nas organizações não-governamentais.

As práticas educativas fazem parte da educação como processo intencional que promove transformação humana individual e/ou coletivamente, vista como uma realidade permanente, voltada para o aspecto concreto da vida.

Em Paulo Freire (1996), educar é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo. Saliencia, constantemente, que educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida, senão não terá eficácia. Para ele, educar é como viver, exige a consciência do inacabado porque a “História em que me faço com os outros (...) é um tempo de possibilidades e não de determinismo” (p.58).

Para Almeida (2010) a educação como conscientização no sentido atribuído por Paulo Freire,

é um permanente processo de decifração do mundo, que se inicia com o conhecimento do seu cotidiano, das condições de sua existência e se amplia com a formação de uma consciência crítica, capaz de analisar as implicações de sua vida social, de seu trabalho e de suas relações com as outras sociedades.

Mas existe uma pedagogia própria para o idoso? Rodrigues (1999) citado por Pires e

Lima (2007, p. 410)) afirma que não há uma pedagogia para o idoso, o que existe são técnicas de trabalhos com pessoas idosas em um processo de aprendizagem; técnicas que são desenvolvidas em instituições públicas ou privadas e grupos organizados. E, continuam com este posicionamento dizendo que Giubilei (1993) afirma que “não se pode falar de uma nova pedagogia para o idoso, mas, sim, de uma pedagogia orientadora de um trabalho educacional com o idoso”.

E acrescentamos que segue uma metodologia que não pode ser para ou por eles, senão uma pedagogia que saia dele mesmo. Logo, concordamos que não existe uma pedagogia, como teoria e ciência da educação de ensino para a terceira idade, mas uma pedagogia que saia dele mesmo que parta das suas necessidades como cidadão. Os idosos são os verdadeiros sujeitos do próprio processo educativo e, com sua experiência, podem ser atores da transformação de sua realidade social.

Logo a metodologia, na perspectiva sócio crítica defendida por Saviane (2014) deve ser participativa problematizadora como referencial para a prática docente. Numa proposta pedagógica de educação permanente direcionada aos idosos, mas que pode abranger todas as idades, os envolvidos, como o pedagogo, é o educador investigador. O educando é ator, coparticipantes no processo de indagar e refletir a cerca de sua própria realidade para descrevê-la e explicá-la, gerar conhecimento e atuar sobre ela. Isso porque conforme Freire (2005) a medida que se reflete sobre o seu contexto e responde aos seus desafios se compromete, cria cultura, constrói a si mesmo e torna-se sujeito.

A educação problematizadora está fundamentada sobre a criatividade e estimula uma ação e uma reflexão verdadeiras sobre a realidade. O método gera um processo de mudança e termina por identificar-se com ele, posto que a pedagogia coincide com um estilo muito exato de prática social, o da tomada de consciência, ou melhor, o da conscientização. Esta, o conduzirá a uma captação correta e crítica dos verdadeiros mecanismos dos fenômenos naturais ou humanos. Aqueles que estão conscientizados apoderam-se de sua própria situação, inserem-se nela para transformá-la, ao menos com seu projeto e com seus esforços.

Scortegagna e Oliveira (2010, p. 55) citando Freire (2005), afirmam que

ao ligar-se a uma das tendências da moderna concepção progressista, admite que seja necessário tornar a educação acessível às camadas populares. Contudo, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade, envolvendo jovens, adultos e idosos nas mais diversas dimensões.

Nessa projeção a educação tem um papel político fundamental, ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, por ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências. Deve propiciar acesso à produção intelectual e a construção de novos saberes nas mais diversas áreas do conhecimento, facilitando a toda a população uma educação tecnológica, que desmistifique as mudanças e inovações resultantes do processo de globalização. Lembrando que é de fundamental importância a capacidade de pensar, imaginar e criar. Dessa maneira, tendo uma educação completa e global, permitirá o desenvolvimento real de cada sujeito, para que realmente a transformação e evolução social ocorram, além da superação dos preconceitos como o segmento dos idosos sofre atualmente.

Nesta etapa da vida há muitas perdas e, neste momento que a pedagogia poderá servir de apoio a esses idosos, por meio de cursos, seminários, encontros e simpósios em que as pessoas estejam reunidas numa mesma faixa etária, num processo de coeducação, num caminho de redescoberta e ressignificação para a velhice. Assim, a pedagogia pode ajudar os idosos a conquistarem novos espaços sociais. Unidas, essas pessoas poderão lutar e reivindicar melhores condições de vida na sociedade que construíram com seu trabalho e esforço.

Esta pedagogia contribuirá para o resgate da cidadania do idoso, ou seja, para que ele seja reconhecido como sujeito de direitos e deveres, como as outras pessoas. Numa pedagogia do idoso, o que importa é que ele se sinta novamente uma pessoa plena, útil, capaz de administrar

sua própria vida.

E Pires e Lima (2017, 410) não descartam a importância de “proporcionar e estimular a convivência com a mesma faixa etária, e, assim, estar junto, participando das atividades esportivas, recreativas, literárias, sociais, artesanais, manuais”. Mas também, “qualificando-se para um novo trabalho, permitindo àqueles que assim o desejam continuar no mercado formal ou informal, respondendo, através de programas e projetos, a interesse e necessidades expressas por eles”.

A pedagogia para o envelhecer pode contribuir para levar a população idosa a redescobrir novos caminhos, novos horizontes, com a tarefa de mudança, atualização de conhecimentos e convivência coletiva. Sem dúvida, a pedagogia para o envelhecer é o caminho mais eficaz para a edificação de uma sociedade mais justa, mais humana com mensagens de solidariedade e fraternidade que devem permear os discursos e as práticas pedagógicas.

Atuação do Pedagogo na terceira idade

O Campo de atuação do pedagogo se ampliou ao longo dos últimos anos, hoje ele atua em diversas áreas e campos educativos. O papel do pedagogo se tornou amplo e sua atuação está

[...] não apenas na gestão, supervisão e coordenação das escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias da educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes e brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional, etc. (LIBÃNEO, 1998, p. 25)

O pedagogo é um profissional que possui competência para atuar em diversos âmbitos, trabalhando com os idosos, em hospitais, nas empresas, na área de recursos humanos, em trabalho conjunto com psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, administradores e gestores planejando e executando cursos, projetos, dinâmicas de grupo e motivação destinados à melhor comunicação de conceitos e conhecimentos (PIRES; LIMA, 2007, p. 404).

As instituições necessitam trabalhar com a educação continuada com idosos, sendo assim o pedagogo torna-se um profissional importante nesse processo, pois é capaz de indicar os meios adequados para melhor atingir objetivos e ideais, ou seja, potencializar o aprendizado de determinadas tarefas.

Ao longo do tempo o pedagogo foi conquistando novos espaços e aliando seu trabalho os outros profissionais, contribuindo, inclusive, como o desenvolvimento dos idosos, considerando a aprendizagem e impactos sobre a vida dessas pessoas e da sociedade. A relação da educação com os idosos, aponta para a necessária aproximação interdisciplinar cada vez maior entre Pedagogia e Gerontologia, o que implica uma progressiva reestruturação pedagógica. Além de oferecer cursos, organizar grupos e núcleos de estudo e pesquisa em gerontologia para atualização do corpo docente, precisa chamar a atenção para as questões educacionais da velhice e as necessidades do aprendiz idoso, até recentemente ignorado como sujeitos pelas Faculdades de Educação Brasileiras.

A atuação do pedagogo no trabalho com idosos não é isolada, segundo Pires e Lima (2007, p. 405), mas articulada, pois, compondo uma equipe multiprofissional, deverá promover a dinâmica pedagógica nos eixos para a formação para a cidadania.

Dessa forma, algumas de suas funções são:

- pesquisar e analisar necessidades de vivências dos idosos;
- criar, adaptar e aperfeiçoar instrumentos didáticos pedagógicos;
- motivar, dirigir e assessorar atividades de dinâmicas de grupo;
- proferir palestras sobre diversos temas sociais, políticos e

educacionais;

- analisar resultados obtidos em cada etapa das atividades visando seu aperfeiçoamento.

Como se trata de uma educação para pessoas idosas, as atividades pedagógicas devem ter suas próprias características, que valorize os saberes e vivências, levem em conta as dificuldades de cada um e suas singularidades, adotando recursos e técnicas de ensino destinadas à aprendizagem de pessoas da terceira idade. Conforme Sousa (et al, 2014), cabe então ao pedagogo formular objetivos de acordo com cada situação enfrentada qualificando as habilidades a serem adquiridas, determinando também o método pedagógico para que as necessidades dos idosos sejam supridas através de um ambiente motivador, de paciência e de bem-estar dos educandos.

No trabalho com idosos, o pedagogo promove situações de coparticipação no processo de indagar e refletir acerca de sua própria realidade, que, por descrevê-la e explicá-la, gera conhecimento e possibilita a atuação sobre ela. Isso porque, à medida que o educando ator reflete sobre o seu contexto e responde aos seus desafios, se compromete, cria cultura, constrói a si mesmo e torna-se sujeito.

Educação não formal e pedagogia social

A pedagogia com o idoso é caracterizada como educação não formal e em ambientes não escolares, que está diretamente atrelada à Pedagogia Social. Caracteriza-se como um organismo de conscientização da mudança social, já que procura organizar e preparar a população a apropriar-se de seus direitos de cidadania. Não se estabelece apenas através dos conteúdos, mas igualmente entre as relações de troca dialógica e socializada entre os atores que se compõem no e pelo processo educativo.

Segundo Machado (2002) citado por Sousa et, al (2014, s. p.)

A Pedagogia Social, por conter indicações sociais próprias da atualidade em que se consolida a necessidade de educação permanente, em que se discutem as relações entre educação formal, não formal e informal, em que se propõe que a escola possa ser entendida como educação comunitária, em que surgem novas formas de instituições educativas, em que os meios de comunicação de massa, já ao alcance de quase todos os segmentos da população, passam a estar presentes também na educação [...].

Segundo Oliveira (2012)) a educação não-formal representa várias dimensões, como a aprendizagem dos direitos numa perspectiva política, desenvolvimento de potencialidades, exercício de práticas comunitárias e sociais, aprendizagem que capacite para uma leitura de mundo, transmissão de informações, como também a formação política, social e cultural. A educação não-formal acontece em compartilhamento de experiências, em espaços e ações coletivas e cotidianas de muitas formas.

O importante é que continue o processo de educação pois ela acontece durante toda a vida. Considerar que pela educação permanente a aprendizagem, como um processo contínuo, reflete não apenas uma evolução do pensamento pedagógico, trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado onde as mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, 2012). Desta maneira, a educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa transformação cultural e na própria sociedade.

A educação permanente, conforme Oliveira (2012), representa uma necessidade de ampliação da participação ativa do homem no contexto social e cultural, visando uma melhoria nas relações interpessoais, na qualidade de vida, na compreensão de mundo e na esperança de futuro melhor e mais digno. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, estando integrado e interagindo com quem se encontra ao seu redor.

Logo, o trabalho pedagógico estende-se em toda a amplitude e complexidade que a educação está inserida, implicando numa ação educativa além dos muros da escola, proporcionando uma educação crítica e social aos sujeitos que estão à margem. Deste modo a Pedagogia Social é importante para compreender esses processos neste âmbito. Esta vertente da Pedagogia é concebida, conforme Caliman (2010) citado por Lima, Silva e Melo (2015, p. 36), como:

A Pedagogia Social no Brasil tende a ser concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados.

Lima, Silva e Melo (2015, p.36) afirmam que “essa Pedagogia acontece nos espaços de Educação não-formais, nos locais por muitas vezes esquecidos pelas políticas públicas e direcionadas aos indivíduos que estão à margem da sociedade, em condições de risco”. A educação direcionada pela Pedagogia Social aos sujeitos, compreende aspectos relacionados às condições reais de existência que estes se encontram, buscando a superação e motivação a partir da intervenção educativa que vai de encontro com as necessidades e realidades vivenciadas. A metodologia empregada foge dos padrões tradicionais formais e sistemáticos e ganha um caráter popular e não-formal. Pode ocorrer através de projetos e ações, como através de ONGs, clubes, obras sociais, dentre outras.

Inclusive a educação para os idosos perpassa pelos projetos sociais. O caráter educativo dos projetos sociais se solidifica através da sua atuação mobilizadora. Os projetos sociais podem criar um corpo cultural e social que habilita os sujeitos à convivência, a ação e ao aprendizado coletivo. Conforme Sousa et, al (2014, s. p.)

Levando em consideração as lutas de movimentos e as teorias sociais, os projetos voltados para a terceira idade, visam possibilitar a inserção social dos mesmos, pois reconhecem o atual papel social que os idosos têm assumido com o passar dos anos, além de aceitar uma reflexão sobre os meios possíveis para que a população, em especial os mais velhos, das classes menos favorecidas, tenham condições de sobrevivência e garantias de melhor qualidade de vida, dignidade e cidadania.

Por meio de processos educativos não formais, embasados na Pedagogia Social, os idosos se habilitam a desenvolver outras atividades, atualizam seus conhecimentos, valorizam e elevam sua autoestima, desenvolvem-se, assumem as atividades cotidianas com autonomia, além de se conscientizarem política e socialmente. A sociedade atual está exigindo uma nova postura do homem, com mais capacidades e conhecimentos, e este desenvolvimento somente poderá ocorrer por meio de uma ação educacional consciente e que aconteça de maneira permanente, permitindo a atualização constante. Conseqüentemente toda pessoa inserida no seu espaço histórico, cultural, político e social, conseguirá evoluir junto com a sociedade, e esta evolução individual refletirá diretamente na constante evolução social.

Através da pedagogia social, aliado à educação não-formal e a educação permanente para o idoso, os processos de empoderamento estruturam-se como campos de participação política. Este novo desenho possibilitará a superação de conflitos, estereótipos e marginalização que o segmento enfrenta, permitindo a revisão de papéis sociais, produção e atividade no cotidiano. Assim, o conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para o empoderamento, em especial, aos idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

Considerações

Constata-se que desponta um número crescente da população idosa no Brasil e também aumento da expectativa de vida. Novas diretrizes têm surgido na medida em que avançam os estudos científicos voltados para a terceira idade, como a prevenção de doenças, a reinserção do

idoso na sociedade, a pedagogia do envelhecer e as modificações socioculturais, que estão levando esse segmento da sociedade a reconquistar a sua auto estima. O quadro de desvalorização do idoso paradoxalmente vem mudando. E aparece um novo desenho da realidade do idoso ressignificado na nossa história, enquanto empoderados do seu papel na sociedade, na política e na economia.

Decorrente deste cenário a valorização e respeito ao idoso surge como necessidade premente que aponta para uma distribuição mais equitativa do poder, possibilitando uma perspectiva de rompimento com a discriminação generalizada atribuída a este segmento. Os idosos organizam-se e mobilizam-se para adquirir um status de reconhecimento social, e assim constituírem um desafio às estruturas existentes. E com isso se constrói um novo conceito de velhice, que leva em conta o idoso como sujeito existente, vivendo e atuando em seu tempo, em seu presente, estando no mundo, sendo participante em sua comunidade e em sua vida, de forma autônoma, decidida e independente. Estabelece-se um novo paradigma fundamentado na ideia de autorrealização e educação permanente, com reconhecimento dos direitos e dos valores inerentes aos idosos. Para conquistar essa qualidade de vida o idoso precisa se educar para conhecer e acreditar em suas reais capacidades, desenvolver seus talentos, colocar seus conhecimentos a serviço de sua construção como sujeito, criar oportunidades para que aprenda a enfrentar obstáculos e preconceitos sociais.

Nesta perspectiva a pedagogia contribui para o resgate da cidadania do idoso, ou seja, para que ele seja reconhecido como sujeito de direitos e deveres, como as outras pessoas. Numa pedagogia para o idoso, o que importa é que ele se sinta novamente uma pessoa plena, útil, capaz de administrar sua própria vida.

No trabalho com idosos, o pedagogo promove situações de coparticipação no processo de indagar e refletir acerca de sua própria realidade, que, por descrevê-la e explicá-la, gera conhecimento e possibilita a atuação sobre ela. Isso porque, à medida que o educando ator reflete sobre o seu contexto e responde aos seus desafios, se compromete, cria cultura, constrói a si mesmo e torna-se sujeito.

A educação não-formal representa várias dimensões, como a aprendizagem dos direitos numa perspectiva política, desenvolvimento de potencialidades, exercício de práticas comunitárias e sociais, aprendizagem que capacite para uma leitura de mundo, transmissão de informações, como também a formação política, social e cultural. A educação não-formal acontece em compartilhamento de experiências, em espaços e ações coletivas e cotidianas de muitas formas.

A educação direcionada pela Pedagogia Social aos sujeitos, compreende aspectos relacionados às condições reais de existência que estes se encontram, buscando a superação e motivação a partir da intervenção educativa que vai de encontro com as necessidades e realidades vivenciadas através de ações do Pedagogo ou equipe multiprofissional.

Por meio de processos educativos não-formais, pautados na Pedagogia Social, os idosos possuem novas alternativas de atividades, atualização de conhecimentos, valorização e elevação da autoestima, desenvolvimento pessoal, além da conscientização política e social. Aliado à educação não-formal e a educação permanente para o idoso, os processos de empoderamento estruturam-se como campos de participação política, possibilitando a superação de marginalização que o segmento enfrenta, permitindo a re-significação das relações, revisão de papéis sociais, produção e atividade no cotidiano.

Por isso infere-se que é muito importante a ação do Pedagogo e da Pedagogia, pois o próprio idoso, ao se conscientizar de seu espaço na sociedade, terá de si mesmo uma visão mais otimista, considerando-se produtivo, útil, capaz de muito ainda colaborar para a sociedade na qual está inserido. Com este novo desenho o idoso passa a empoderar-se, pois por meio da aquisição de conhecimentos, este grupo ultrapassa uma realidade de exclusão e marginalização, para a constituição de um grupo social e politicamente ativo. Assim, o conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para o empoderamento, em especial aos idosos, na tentativa de superar a visão de inutilidade.

Também o estado tem o dever de tutelar os direitos dos idosos pois está inserido em diversos dispositivos constitucionais, incluindo a previsão da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, além da igualdade por meio do tratamento diferenciado, sem preconceito de idade. Mas apesar das conquistas obtidas e os avanços verificados na legislação brasileira para garantir a defesa dos direitos da pessoa idosa, existem barreiras e desafios a serem superados pelo

país.

Em suma, é necessário sensibilizar a sociedade e as entidades institucionais para estabelecer ações conjuntas, que visem integrar as gerações e valorizar o idoso como ser humano, possibilitando assim o protagonismo da pessoa idosa e o envelhecimento digno e saudável. Nessa direção é imprescindível a atuação do Pedagogo, inserido neste contexto, desenvolvendo projetos e programas, alicerçados na pedagogia social que reflitam as necessidades deste segmento social, para o seu desenvolvimento como sujeito.

Referências

ALMEIDA, Gírlane Castro de. **Gerontologia Educacional**: uma proposta de didática. Publicado em 06 de Setembro de 2010. Disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/gerontologia-educacional/46605>. Acesso em 27/05/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 10741 de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. CACHIONI, M. & NERI, A.L. (2004, jan.-jun.). Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. Passo Fundo (RS): **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, 99 (ano 115). Recuperado em 02 fevereiro, 2012. Disponível em <http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/view/49>. Acesso em 10/05/2018.

BÚFALO, Kátia Silva. Aprender na Terceira Idade: Educação Permanente e Velhice Bem-Sucedida como Promoção da Saúde Mental do Idoso. **Revista Kairós Gerontologia**. Junho de 2013. 16 (3), pp. 195-212. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em Acesso em 20/05/2018. <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/18533/0>.

CACHIONI, M. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas (SP): Alínea, 2003.

CACHIONI, Meire e NERI, Anita Liberalesso. **Educação e gerontologia: desafios e oportunidades**. RBCEH - **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**. ISSN: 2317-6695. Passo Fundo, 99-115 - jan./jun. 2004. Disponível em seer.upf.br/index.php/rbceh/article/download/49/56. Acesso em 30/04/2018.

CASARA, M.B., CORTELLETTI, I.A. & BOTH, A. (Orgs.). **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul (RS): EDUCS. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. 1993. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1994.

LIMA Andressa Arruda de; SILVA; Edriano Pereira da; MELO, Gilberliane Mayara Andrade. PEDAGOGIA SOCIAL: um potencial de inclusão para idosos. **Revista Includere**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 36-44, Ed. Especial, 2015. ISSN 2359-5566. Universidade Federal Rural do Semi-Árido Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere> Disponível em docplayer.com.br/23553851-Pedagogia-social-um-potencial-de-inclusao-para-idosos. Acesso em 02/05/2018.

MASCARO, S.de A. **O que é velhice**. São Paulo (SP): Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva, SCORTEGAGNA, Paola Andressa e OLIVEIRA, Flávia da Silva. UNIVERSIDADES ABERTAS A TERCEIRA IDADE: delienando um novo espaço educacional para o idoso. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 64, p. 343-358, set. 2015 – ISSN: 1676-2584. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/.../9443>. Acesso em 20/04/2018.

OLIVEIRA I, Rita de Cássia; OLIVEIRA II, Flávia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. **Pedagogia Social**: possibilidade de empoderamento para o idoso. Congresso Internacional. Pedagogia Social. Mar. 2010. Disponível em www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092010000100022...sci. Acesso em 06/5/2018.

OLIVEIRA, Rita de Cassia da Silva. Reconstrução histórica da universidade aberta para a Terceira idade na universidade estadual de ponta grossa. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, número especial, p. 142-161, maio 2012. ISSN: 1676-2584. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640114>. Acesso em 20/05/2018.

PIRES, Lenísia Silva; LIMA, Sueli Azevedo de Souza da Cunha. O pedagogo e a pedagogia do envelhecer. **FRAGMENTOS DE CULTURA**. Goiânia, v. 17, n. 3/4, p. 403-419, março/abril, 2007. Disponível em eerp.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/284. Acesso em 06/05/2018.

PROTA, Leonardo. **O Papel da Universidade na Construção do Saber Sobre Idosos**. Palestra proferida no 3º Fórum das Instituições de Ensino Superior do Paraná sobre projetos com a terceira idade, em 17/09/99. Disponível em www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_idosos.htm. Acesso em 03/05/2018.

RODRIGUES, Sônia Regina; ARRUDA, Roberto Alves de. Educação na melhor idade. **Revista Eventos Pedagógicos**. v.4, n.2, p. 211 - 220, ago. – dez. 2013. Disponível em sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1288/951. Acesso em 23/05/2018.

SAVIANE, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2014.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa e OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso. **Revista Kairós Gerontologia**, 13 (1), São Paulo, junho 2010: 53-72. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/4858/3440>. Acesso em 30/04/2018.

SOUZA, Aline Marques, et al. **PEDAGOGIA E TERCEIRA IDADE**: atuação e contribuições do pedagogo na educação não formal com idosos. UEPA Fórum internacional de Pedagogia. Santa Maria – Rio Grande do Sul. 30 de julho a 01 de agosto de 2014. Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP). Disponível em editorarealize.com.br/.../Modalidade_2datahora_25_05_2014_15_09_31_idinscrito_. Acesso em 03/05/2018.

TODARO, M.de Á. Educação Permanente. In: Neri, A.L. (Org.). **Palavras-chave em gerontologia**, 63-67. 3ª ed.. Campinas (SP): Alínea, 2008.

Importante para o velho, mais do que gozar de uma boa saúde, é sentir que tem metas, pois a ausência de projetos mata o desejo de conhecer.

Recebido em 4 de julho de 2018.
Aceito em 6 de novembro de 2018.